



Escola Nacional de Administração Pública

## **PLANEJAMENTO DO USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS:**

### **A experiência de adoção das orientações metodológicas na elaboração do Plano de Uso Público do Parque Nacional da Amazônia**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como parte dos requisitos para  
obtenção do grau de Especialista em Gestão de  
Políticas Ambientais.

Aluno: Danielle Chalub Martins

Orientadora: Msc. Ana Rafaela D'Amico



Escola Nacional de Administração Pública

Agosto de 2020

## **PLANEJAMENTO DO USO PÚBLICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS:**

### **A experiência de adoção das orientações metodológicas na elaboração do Plano de Uso Público do Parque Nacional da Amazônia**

Autor: Danielle Chalub Martins  
Especialista em Políticas Públicas e  
Gestão Governamental  
Instituto Chico Mendes de  
Conservação da Biodiversidade

Palavras Chave: Unidades de Conservação; Uso Público; Planejamento

Resumo:

O presente estudo analisou os resultados e o processo de elaboração do plano de uso público do Parque Nacional da Amazônia buscando refletir se as orientações metodológicas e ferramentas disponibilizadas pela coordenação responsável pela temática no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade seriam suficientes para a construção de um planejamento adequado. Nas condições específicas do Parque, considerou-se que estas orientações e ferramentas foram suficientes na medida que produziram um produto que atende as expectativas das equipes. Para o estudo de caso foi realizada a análise dos documentos



Escola Nacional de Administração Pública

produzidos no processo e, em especial, a primeira versão do Plano de Uso Público e conduzidas entrevistas semiestruturadas com servidores envolvidos com o processo.

## **Introdução**

A visitação tem se mostrado com uma importante estratégia para a valorização das unidades de conservação e da biodiversidade. A cada ano, cresce o interesse da população em conhecer as áreas protegidas no Brasil e no mundo. A partir da interação dos visitantes com os ambientes naturais diversos benefícios são produzidos, não somente para os visitantes, mas para a própria conservação dessas áreas, para as populações do seu entorno e para a economia.

O planejamento e estruturação destas áreas para o uso público é fundamental para propiciar uma experiência de qualidade para o visitante. Assim, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) tem direcionado esforços para que as Unidades de Conservação disponham de Planos de Uso Público alinhados como os Planos de Manejo destas áreas e com a intensão de diversificar as oportunidades de visitação.

Neste contexto, o Instituto tem investido na elaboração e disponibilização de orientações e ferramentas que propiciem que as equipes responsáveis pela gestão dessas áreas possam conduzir o processo de planejamento da visitação.

O presente estudo avaliou a aplicação das Orientações Metodológicas para elaboração de Planos de Uso Público, e das ferramentas Índice de Atratividade Turística – IAT e Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação no processo de planejamento do uso público no Parque Nacional da Amazônia em um estudo de caso exploratório que buscou compreender a suficiência destas orientações e ferramentas no processo de construção do Plano de Uso Público da Unidade.

Os resultados obtidos neste processo indicam que a equipe de planejamento do Parque Nacional da Amazônia seguiu todas as etapas e orientações metodológicas propostas e adotou as ferramentas IAT e ROVUC produzindo um Plano de Uso Público satisfatório e adequado à gestão. Ressalta-se, entretanto, que equipe se deparou com um conjunto de dificuldades especialmente nas etapas de realização oficina e consolidação do documento que remetem à relevância de a coordenação responsável desenvolver

ferramentas complementares que possam apoiar processos similares em outras unidades de conservação.

## 1. A importância das áreas protegidas para conservação da biodiversidade

A implantação e a gestão de áreas protegidas é uma importante estratégia para conservação da biodiversidade, tanto que a Convenção da Diversidade Biológica<sup>1</sup> estabeleceu em seu Plano Estratégico 2011- 2020 uma meta que dialoga diretamente com a expansão das áreas protegidas no mundo, conhecida com meta 11 de Aichi, esta estabelece que:

*Em 2020, pelo menos 17% das zonas terrestres e de águas continentais, e 10% das zonas costeiras e marinhas, especialmente áreas de importância particular para biodiversidade e serviços ecossistêmicos, devem estar conservadas por meio de gerenciamento eficiente e equitativo, ecologicamente representadas, com sistemas bem conectados de áreas protegidas e outras medidas eficientes de conservação baseadas em área, e integradas em mais amplas paisagens terrestres e marinhas.*

Segundo informações da Diretoria de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, disponíveis no Painel Unidades de Conservação Brasileiras<sup>2</sup>, 18,10% da área continental brasileira e 26,39% da área de bioma marinho são hoje protegidas por Unidades de Conservação.

Além de sua importância para a conservação da biodiversidade, as áreas protegidas também trazem benefícios a populações humanas, como indica um amplo estudo, conduzido por Naido (1999) em 34 países em desenvolvimento, que se propôs a avaliar o impacto das áreas protegidas no bem-estar das populações em seu entorno. Os resultados do estudo sugerem que populações que vivem em um raio de até 10 km de áreas protegidas, e em especial próximas àquelas onde há turismo, têm melhores

---

• <sup>1</sup> A Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) é um tratado Organização das Nações Unidas em vigor desde dezembro de 1993 e considerado hoje como o principal fórum mundial para questões relacionadas ao tema. A CDB foi ratificada no Brasil em 1998

<sup>2</sup> Consulta realizada em 16/02/2020 em no <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiaMDNmZTA5Y2ItNmFkMy00Njk2LWI4YjYtZDJINzFkOGM5NWQ4IiwidCI6IjJmMjY2ZmE5LTNmOTMtNGJiMS05ODMwLTZmNDY3NTJmMDNiNCIsImMiOiJF9>

condições de renda e saúde quando comparadas a populações semelhantes que vivem mais distantes destas áreas.

## **2. Planejamento de Unidades de Conservação Federais**

### **2.1. O momento atual do planejamento de Unidades de Conservação Federais**

Há um importante esforço em curso, no ICMBio, para o aprimoramento dos instrumentos de planejamento para Unidades de Conservação Federais. A partir do entendimento de que a gestão eficaz de Unidades de Conservação depende de planejamentos adequados e eficazes, o instituto tem se dedicado a desenvolver metodologias e estratégias que possam apoiar para que essas áreas disponham de planejamentos, em nível estratégico.

Entre os anos de 2015 e 2018, avançou-se na construção de um roteiro metodológico para a elaboração e revisão de Planos de Manejo, publicado 2018, que orienta a construção dos componentes fundamentais (propósito da Unidade de Conservação, sua significância, seus recursos e valores fundamentais) dos componentes dinâmicos e dos componentes normativos, incluindo o zoneamento e suas normas para as unidades de conservação federais(D'AMICO, 2018).

Esta nova metodologia traz consigo uma lógica incremental prevendo, a partir da análise de questões chave para a unidade, a necessidade de dados e planejamentos complementares, materializados posteriormente em Planos Específicos que, quando aprovados, passam a compor o portfólio do Plano de Manejo. Um dos planos específicos frequentemente priorizados pelas Unidades de Conservação é o Plano de Uso Público que aborda as estratégias de visitação das áreas.

### **2.2. Planejamento da Visitação no ICMBio**

A compreensão de que a visitação a áreas protegidas é uma importante estratégia para a conservação ganha força a cada dia com o entendimento de que se deve conhecer para conservar. Em contato com o ambiente natural, os visitantes entendem sua importância, estabelecem vínculos e tornam-se defensores das Unidades de Conservação.

A própria legislação que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza estabelece como um dos objetivos do sistema: favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico.

A visitação traz inúmeros benefícios aos visitantes, incluindo a sensação bem estar e resultados positivos na saúde física e mental. A oferta de oportunidades de lazer tende a melhorar a relação entre a unidade e os habitantes em seu entorno, o que pode reduzir conflitos e aumentar a própria proteção da área.

A partir de estudo de caso do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, em que correlaciona o aumento do uso público com aprimoramento a outras atividades da gestão, Viveiros de Castro (2018) traz uma interessante reflexão sobre como o uso público pode contribuir para a consolidação da área protegida, propondo que este seja implementado logo após a sua criação em um contraponto ao paradigma corrente no Brasil nas últimas décadas de que o uso público seria uma atividade menos importante e que dependeria da plena implementação da unidade.

Há ainda impactos econômicos diretamente relacionados ao turismo nestas áreas mensuráveis por meio de estimativas do gasto dos visitantes.

Para produzir este conjunto de benefícios, a qualidade da experiência do visitante é fundamental, o que justifica o esforço de planejamento e estruturação destas áreas para o uso público, ressaltando-se que o adequado planejamento também contribui para a conservação dos recursos e valores que a unidade se propõe a proteger.

Neste contexto, o Instituto tem investido na elaboração e disponibilização de orientações e ferramentas que propiciem que as equipes responsáveis pela gestão dessas áreas possam conduzir o processo de planejamento da visitação, como o “Índice de Atratividade Turística” (IAT) o “Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação (ROVUC) e para as “Orientações Metodológicas para a Elaboração de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação Federais”<sup>3</sup>, aprovadas recentemente pelo Instituto.

---

<sup>3</sup> Este artigo adotará o termo “Orientações Metodológicas” como referência a este documento.



### **2.3. Referências adotadas pelo ICMBio no planejamento do Uso público**

A experiência norte-americana no planejamento da visitação é uma importante referência para o ICMBio. Por meio de projetos de cooperação internacional, nos últimos anos, foi possível propiciar a participação de vários servidores do Instituto em cursos de formação e em visitas técnicas com o propósito de conhecer a forma de planejar e monitorar o Uso Público em órgãos como o Serviço Nacional de Parques (National Park Service – NPS) e o Serviço Florestal dos Estados Unidos (US Forest Service - USFS). A cooperação também permitiu a realização de visitas de especialistas norte-americanos a várias áreas protegidas brasileiras, especialmente, na Amazônia, além de ter propiciado alguns processos formativos relacionados ao uso público.

Os principais instrumentos atualmente adotados pelo Instituto no planejamento são inspirados em um sistema de classificação e gestão das oportunidades de recreação, denominado ROS (Recreation Opportunity Spectrum), que foi adaptada para América Latina em uma ferramenta denominada ROVAP.

A estratégia atualmente preconizada para o planejamento da visitação também é referenciada por um guia intitulado “Visitor Use Management Framework” (quadro de gestão do uso público), elaborado por um conselho intergovernamental de gerenciamento de uso público (The Interagency Visitor Use Management Council) que conta com representantes de seis agências norte americanas entre as quais o Serviço Nacional de Parques e o Serviço Florestal.

### **2.4. Orientações e Ferramentas adotadas no planejamento do uso público**

#### **2.4.1. Índice de Atratividade Turística - IAT**

O índice de Atratividade Turística foi desenvolvido a partir do ROS/ROVAP , propondo expandir a análise de oportunidades recreativas do interior da unidade de conservação incluindo a perspectiva de destino turístico. Assim, propôs adicionar ao sistema, que avalia um conjunto de atributos internos, a avaliação do ambiente externo considerando também atributos físicos, sociais e de manejo.

O método foi desenvolvido por Souza (2017) e aplicado a unidades de conservação federais por meio da coleta de dados de 58 parques nacionais e 36 florestas

nacionais. Foram avaliados um conjunto de variáveis internas à UC, relacionados aos atributos físicos, (número de atrativos naturais e culturais e atratividade cênica); aos sociais (diversidade de atividades recreativas e esportivas e número de encontro) e aos de gestão (variáveis de infraestrutura de recreação e serviços oferecidos ao visitante) e um conjunto de variáveis externas, relacionados aos mesmos atributos físicos (atrativos regionais e Acesso público); sociais (Contexto socioeconômico e Densidade populacional) e de gestão (número de estabelecimentos de hospitalidade).

Os indicadores em cada atributo foram indexados em uma escala de 5 pontos e para cada indicador, as UC receberam uma pontuação entre 1 e 5. A pontuação é apresentada como atratividade interna, atratividade externa e final.

O IAT Estabelece sistema de classificação (1 - Atratividade Primitiva, 2 - Atratividade Semi-primitivo, 3 - Atratividade Extensivo, 4 - Atratividade Intensivo e 5 - Atratividade Altamente Intensivo) e apresenta uma descrição das diferentes classes de atividade, nos ambientes interno e externo.

Atualmente, a utilização do IAT no contexto do planejamento do uso público nas unidades acontece pelo preenchimento de dados em uma planilha eletrônica disponibilizada pela Coordenação de Planejamento e Estruturação da Visitação e do Ecoturismo (COEST)<sup>4</sup>.

A planilha é composta de seis abas: “início”, que contem as orientações gerais para utilização; “inserir informação”, onde o gestor inclui as informações segundo as variáveis definidas no Índice; “referência”, que tem o propósito de apoiar o gestor na quantificação das variáveis; “resultados”, que retorna os valores numéricos para os atributos em função das informações inseridas; a descrição geral atribuída à atratividade e um gráfico radar que permite a visualização das pontuações obtidas; “parâmetros”, que apresenta os parâmetros numéricos e descritivos; e “descrições gerais”, que

---

<sup>4</sup> A COEST é uma das coordenações vinculadas à Coordenação Geral de Uso Público e Negócios, entre as competências definidas pelo Regimento Interno do ICMBio (BRASIL, 2018) estão a coordenação de instrumentos de planejamento e ordenamento da visitação em áreas administradas pelo ICMBio e a promover a diversificação das oportunidades de recreação em contato com a natureza e ecoturismo.



Escola Nacional de Administração Pública

apresenta os textos descritivos de cada uma das classes de atratividades, em seus ambientes interno e externo.

#### **2.4.2. Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação - ROVUC**

O ROVUC também é uma adaptação do sistema ROS/ROVAP à realidade das unidades de conservação brasileiras e foi proposto internamente no contexto da orientação institucional (ICMBio, 2017) de que o processo de elaboração de planos específicos fosse conduzido pelas coordenações do Instituto em conjunto com a equipe da UC.

O ROVUC propõe o planejamento de oportunidades de visitação planejadas a partir da combinação de quatro elementos: **ambientes** e as **atividades** geram **experiências** aos visitantes e **benefícios** à sociedade, à economia e à natureza. A ferramenta define cinco classes de experiência (prístina, natural, seminatural, ruralizada e urbanizada), e além de trazer a descrição das classes apresenta um conjunto de indicadores relacionados a três atributos (biofísicos, socioculturais e de manejo).

Crema e Faria (2018), recomendam a aplicação do ROVUC em quatro etapas sequenciais: i. caracterização geral do uso público da UC e de seu entorno (destino turístico); ii. detalhamento dos atrativos ou áreas de visitação da UC, iii. identificação das Zonas de Manejo e considerações sobre os visitantes; iv. classificação das experiências nos atrativos ou áreas de visitação da UC e v. sistematização da informação Espacialização das classes de experiência no mapa da UC

#### **2.4.3. Orientações metodológicas para elaboração de Planos de Uso Público**

O documento de orientações metodológicas propõe um conjunto de diretrizes para a elaboração do plano de uso público que dizem respeito ao seu alinhamento Plano de Manejo, ao envolvimento das instâncias de governança locais, a participação ou consulta da comunidade, do setor de turismo e pesquisa, a utilização de informações disponíveis sobre visitação e seu entorno, os instrumentos de ordenamento da visitação, a valorização da vocação e dos atrativos da UC, a diversificação das oportunidades e experiências de visitação, a orientação segundo as classes de experiência do ROVUC e

identificação de lacunas de conhecimento e ou planejamento para implementar a visitação na UC.

Segundo o documento o processo pode ser dividido em quatro etapas: Análise preliminar, diagnóstico do Uso Público, Oficina de Planejamento e Consolidação e aprovação do PUP.

### **3. A Experiência de Planejamento do Uso Público no Parque Nacional da Amazônia**

#### **3.1. O Parque Nacional da Amazônia**

O Parque foi criado pelo Decreto n.º 73.683, de 19 de fevereiro de 1974. 90.823 em fevereiro de 1974 com estimada em 1.000.000 de hectares. O decreto de criação determina que as terras, flora, fauna e belezas naturais fiquem sujeitas ao regime especial do Código Florestal (Lei Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965) .vigente à época que estabelecia, para os parques nacionais, a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos.

Os limites do Parque passaram por algumas alterações em 1985 (Decreto 90.823, de 18 de janeiro de 1985), 2006 (Decreto de 13 de fevereiro de 2006), 2011 (Medida Provisória nº 542, de 12 de agosto de 2011, não convertida em Lei) e 2012 (Medida Provisória nº 558, de 5 de janeiro de 2012, convertida na Lei nº 12.678, de 2012).

A atual conformação do Parque abarca uma área total aproximada de 1.070.736 ha, localizadas à margem esquerda do rio Tapajós, nos Municípios de Itaituba e Aveiro, no Estado do Pará, e de Maués, no Estado do Amazonas.

Atualmente, o Parque compõe a Unidade Especial Avançada do ICMBio (UNA-Itaituba), juntamente com outras 12 unidades de conservação de diversas categorias. Vinculado a UNA-Itaituba há o Serviço de Gestão Socioambiental e Uso Público (SETEC II) responsável, entre outras competências, por planejar, ordenar, apoiar e realizar as ações de visitação, ecoturismo; por promover a

manutenção e implementação das estruturas e equipamentos de visitação deste conjunto de unidades.

### 3.2. Instrumentos de Gestão do Parque Nacional da Amazônia

O Parque Nacional da Amazônia teve seu Plano de Manejo aprovado em 1978<sup>5</sup>. Segundo o Plano (BRASIL, 1978), a criação do parque está conectada ao Programa de Integração Nacional, iniciada pelo governo em 1970. No contexto da desapropriação de áreas pelo INCRA, com o objetivo de estimular a ocupação de terras sob a influência da Rodovia Transamazônica, e estabelecer programas agrícolas e de pastagens, em uma área designada "Polígono de Altamira", cerca de um milhão de hectares deveriam ser aproveitado separadamente para a preservação dos recursos naturais da área, na forma de Parque Nacional.

Este primeiro contempla um Programa de Uso Público com cinco subprogramas: (i) de Recreação, cujo objetivo é proporcionar oportunidades para que os visitantes possam realizar atividades recreativas; de Interpretação, sendo um de seus propósitos o de ajudar o visitante a entender e apreciar os recursos naturais e culturais da área; (iii) de Educação, orientado a a estudantes e professores para observações e estudos práticos, em áreas como biologia, geologia, arqueologia e arte; (iv) de Turismo, para incentivar a visitação de turistas nacionais e internacionais e (v) de Relações Públicas e Extensão que busca divulgar ao público os objetivos, recursos, programas e benefícios do Parque.

Em 2009, foi proposta a Estratégia no de Uso Público para o Parque<sup>6</sup>. O documento fora elaborado por meio de consultoria realizada no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal e além de trazer um diagnóstico sobre o contexto da unidade e do uso público no parque, propunha o desenvolvimento de várias atividades, roteiros e a implantação de

---

<sup>5</sup> [https://issuu.com/bibliovirtualsec/docs/polamaz\\_nia](https://issuu.com/bibliovirtualsec/docs/polamaz_nia) no âmbito do Programa de Poios Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZONI

<sup>6</sup> O documento é entendido pela equipe da unidade como um Plano de Uso Público

infraestruturas um tanto ambiciosas como a implantação de uma grande torre de observação e torres menores em alguns pontos, a instalação de centro de visitante, centro comunitários e museus. Propunha-se, também, a disponibilização de várias possibilidades de hospedagem no parque, incluindo áreas para acampamento, abrigos, pousada e hotel de flutuantes de selva.

### 3.3. Revisão dos Instrumentos de Gestão do Parque Nacional da Amazônia

O Parque iniciou seu processo de revisão de seu Plano de Manejo em 2018, adotando a nova metodologia para elaboração e revisão do Plano de Manejo. O processo de revisão do Plano de Manejo foi concluído, tendo este sido aprovado pelo Comitê Gestor do ICMBio. Atualmente, o plano aguarda a publicação de portaria de aprovação no Diário Oficial para entrar em vigor.

O processo de elaboração do Plano de Uso Público também foi iniciado em 2018, sendo que as etapas anteriores à oficina de planejamento transcorreram ao longo de 2019, ano em que as orientações metodológicas para elaboração de Planos de Uso Público foram consolidadas no âmbito da COEST.

Em que pese essas orientações terem sido efetivamente aprovadas em janeiro de 2020, a equipe responsável pela condução do processo na SETEC-II seguiu as versões preliminares do documento nas fases preparatórias, sendo que a oficina de planejamento foi realizada com as orientações já vigentes.

Além de ser considerado o primeiro plano de uso público a seguir as orientações metodológicas aprovadas pela Portaria 01/2020, originalmente, a seleção do processo realizado no Parque Nacional da Amazônia para ser objeto deste estudo considerou outros fatores que merecem destaque entre os quais a qualificação técnica da equipe de uso público **UNA Itaituba** que participou de processos formativos na temática e o não fato de a equipe da COEST ter atuado somente na orientação da equipe da UC, não se envolvendo diretamente na condução das três primeiras etapas previstas: Análise preliminar, diagnóstico do Uso Público e Oficina de Planejamento. Com a condução da etapa de

entrevistas, identificou-se que a elaboração do plano é entendida pela equipe do NGI como o piloto da metodologia, o que amplia a relevância de analisar o processo.

#### 4. Metodologia adotada no estudo

Tendo como referência a pergunta: “*As orientações metodológicas e documentos de referência recentemente disponibilizadas pelo ICMBio para a elaboração de Planos de Uso Público são suficientes para a condução processo de planejamento da visita?*” O trabalho buscou-se realizar um estudo de caso exploratório, de caso único, examinando como as orientações disponibilizadas pelo ICMBio foram incorporadas no processo de planejamento do uso público no Parque Nacional da Amazônia e se estas foram ou não suficientes.

Como parâmetro de análise para esta pergunta, entende-se que as orientações e referência são suficientes se o processo conduzido produzir resultados satisfatórios na visão dos envolvidos e se o produto gerado: o plano de uso público orientar a gestão da unidade no que se refere as estratégias e ações necessárias para o aprimoramento da visita na unidade.

A hipótese anterior ao estudo era que, apesar de as orientações disponíveis definirem as etapas e trazerem subsídios relevantes para a elaboração de Planos de Uso Público pelas equipes das Unidades de Conservação, a ausência de um roteiro ou guia mais detalhado poderia dificultar o processo de elaboração e consolidação desses planos. Neste caso, a ausência de ferramentas complementares poderia implicar um maior dispêndio de recursos humanos, materiais e tempo na elaboração de Planos de Uso Públicos por outras Unidades de Conservação, além de dificultar o alinhamento e a qualidade técnica dos documentos produzidos.

As fontes de evidência foram a análise documental que abarcou a documentação contida em processo eletrônico referente ao tema, no sistema adotado pelo ICMBio; a primeira versão do plano de uso público apresentada

preliminarmente à COEST no primeiro semestre de 2020, e outros documentos produzidos no processo como os diagnósticos e a relatoria da oficina de planejamento e entrevistas com a equipe diretamente envolvida nas etapas de elaboração do plano.

Na análise documental<sup>7</sup>, buscou-se avaliar de que forma o conjunto de orientações e instrumentos que tem o propósito de subsidiar a elaboração dos planos de Uso Público (Orientações Metodológicas, o ROVUC e o IAT) foram apropriados nos documentos. O Plano de Manejo recém-elaborado e em processo de publicação<sup>8</sup> também serviu de referência para a análise, haja vista a vinculação dos planejamentos.

A etapa de entrevistas envolveu dois servidores responsáveis pelo uso público no Parque Nacional da Amazônia, um dos facilitadores da oficina e dois servidores da COEST que acompanharam etapas distintas do processo. As entrevistas foram conduzidas a partir de perguntas semiestruturadas que buscaram explorar a experiência dos servidores do em cada uma das quatro etapas previstas nas orientações metodológicas para elaboração dos planos de uso público.

No âmbito do estudo, além de descrever as etapas desenvolvidas pela equipe de planejamento no Plano de Uso Público, buscou-se identificar as dificuldades encontradas pela equipe envolvida no planejamento e como estas foram contornadas e as lacunas nas ferramentas e orientações disponibilizadas pelo ICMBio e como estas foram supridas.

---

<sup>7</sup> Foram analisados os seguintes documentos:

- Os subsídios elaborados na etapa de Diagnóstico (informações inseridas na planilha do IAT, caracterização do uso público e dos atrativos da unidade, segundo orientações o ROVUC).
- Os documentos constantes no processo SEI ICMBio n.º 02121.001483/2018-56, em especial: a Nota Técnica nº 6/2018/SETEC II-UNA/UNA/GABIN/ICMBio; o Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Amazônia; o relatório da oficina de revisão do plano de uso público do Parque nacional da Amazônia e lista de presença
- A primeira versão do Plano de Uso Público produzida pela equipe da Unidade. Data de referência 08/04/2020.

<sup>8</sup> Na data de elaboração do documento, o Plano de Manejo do Parque Nacional da Amazônia já havia sido avaliado pelo Comitê Gestor do ICMBio, no entanto, ainda aguardava o ato de aprovação pelo presidente do órgão.



Buscou-se, ainda, entender de que forma o processo de planejamento do uso público se articulou ao Plano de Manejo, como foram os momentos de participação social e, finalmente, analisar os elementos que compõem a primeira versão do Plano de Uso Público

## **5. Resultados do Processo de Planejamento**

A equipe de planejamento do Parque Nacional da Amazônia seguiu as quatro etapas definidas nas orientações metodológicas para elaboração de planos de uso público: análise preliminar; diagnóstico do Uso Público da UC; realização da oficina de planejamento e, na data de elaboração deste estudo, encontrava-se no processo de consolidação da versão final do documento, para posterior aprovação.

### **5.1. Etapa 1 - Análise preliminar: contexto de Uso Público da UC**

Formalmente, o processo de elaboração do plano de uso público foi iniciado em setembro de 2018, com a preparação de documentação<sup>9</sup> que trata sobre a necessidade de revisão do Plano de Uso Público do Parque e apresenta o cronograma das etapas previstas; mas na realidade, pode-se entender que o processo de planejamento de visitação nesta unidade teve uma etapa anterior de capacitação da própria equipe que posteriormente esteve envolvida no planejamento da unidade e que também está diretamente relacionada à própria definição das orientações metodológicas hoje adotadas pelo ICMBio.

Em junho de 2018, no âmbito do Acordo de Cooperação Parcerias para a Conservação da Biodiversidade na Amazônia, foi realizado, em Itaituba - PA, um curso de planejamento do uso público cuja atividade de campo aconteceu no Parque e que contribuiu para o processo de formação da equipe da unidade. Na sequência do curso, os facilitadores mobilizados pela Cooperação e os técnicos do Parque e da Coordenação Geral de Uso Público do ICMBio permaneceram em reunião para planejar o desenvolvimento do processo, na qual foram estabelecidas as etapas para a construção do plano, os produtos, atividades, prazos e responsabilidades.

---

<sup>9</sup>Nota Técnica nº 6/2018/SETEC II-UNA/UNA/GABIN/ICMBio

Foram delineados, também, os componentes que o plano de uso público do parque deveria conter. Nesta primeira formulação, o PUP traria (i) uma introdução, na qual seriam apresentados o contexto, a caracterização do uso público e as oportunidades existentes; (ii) os componentes estratégicos, com a análise de demanda, o índice de atratividade, os desafios e oportunidades, a visão de futura e as oportunidades desejadas e, por fim, (iii) as orientações de manejo, contendo as atividades, atrativos e infraestrutura, os serviços de apoio, as parcerias e o voluntaria e o monitoramento da visitação.

Ainda neste processo, foi construído o planejamento para um Plano de Comunicação e a discussão avançou, até mesmo, em uma primeira proposta de fio lógico para a realização da oficina de planejamento.

Um aspecto que merece destaque é a discussão sobre a experiência de planejamento de uso público no Parque Nacional da Amazônia ser considerada como um piloto para a adoção da metodologia proposta. Este aspecto não fica evidente na documentação analisada no âmbito deste estudo, mas foi mencionada pelos analistas ambientais da SETEC – II entrevistados.

De acordo com o fluxo atualmente estabelecido no roteiro metodológico, cabe à unidade de conservação a elaboração dos documentos da análise preliminar, a partir da qual a COEST avalia a pertinência de elaboração do plano e orienta à unidade.

Uma queixa dos entrevistados quanto ao processo, refere-se ao descompasso do que fora originalmente planejado em termos de prazo e o tempo da efetiva realização das etapas.

## **5.2. Diagnóstico do uso público da Unidade**

No processo de diagnóstico, a equipe de planejamento seguiu as orientações e aplicou as duas ferramentas indicadas: ROVUC e IAT. Considerando a experiência, a formação da equipe e a familiaridade com os próprios instrumentos, não se identificaram dificuldades neste processo. Ressalta-se que a equipe da SETEC II participou, em diferentes momentos, de capacitações que abarcaram o ROVUC. No

caso do IAT, um dos entrevistados mencionou ter tido a oportunidade de conhecer a ferramenta de forma mais aprofundada em uma visita técnica que participou.

Segundo a equipe da SETEC II, a unidade monitora, sistematicamente a visitação e registra desde 2006. A unidade também já dispunha de forma sistematizada de várias informações sobre os visitantes, como procedência, tempo de permanência e que tipo de atividades buscam na.

### **5.3. Oficina de Planejamento**

#### **5.3.1. Atividades prévias a realização da oficina**

Apesar de atividades prévias serem essenciais ao sucesso da oficina, as orientações metodológicas adotadas hoje não trazem muitos detalhes de como esta etapa preparatória deva ser conduzida. Identifica-se somente a orientação de envolvimento de representantes dos diversos setores relacionados ao turismo, à pesquisa e à conservação da UC.

##### *5.3.1.1. Participação social - Seleção e convite aos participantes*

Talvez pelo perfil da própria equipe de uso público na SETEC II, que também é responsável pela gestão socioambiental das unidades, os integrantes do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Amazônia tiveram a possibilidade de se envolver no logo no início do processo (ao término da primeira etapa). O assunto foi tratado em Reunião Ordinária<sup>10</sup> que também abordou em linhas mais amplas, a importância do planejamento e apresentou informações sobre o processo a revisão do Plano de Manejo e sobre os planos específicos que o compõem, entre os quais o Plano de Uso Público. Os conselheiros tiveram, nesta ocasião, a possibilidade de fazer a indicação de instituições que deveriam ser envolvidas nos processos de planejamento.

Segundo informações de entrevistado, havia o desejo original de conduzir desenvolver o plano de comunicação que chegou a ser esboçado, com o propósito de aumentar o engajamento da população mas somente uma parte das ações previstas foi desenvolvida.

---

<sup>10</sup> Reunião Ordinária do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Amazônia, realizada em 19/02/2019

Para a realização da Oficina a equipe usou a indicação do Conselho Consultivo como referência para realização dos convites, fazendo alguns ajustes para incluir outros atores que pudessem contribuir para as discussões.

#### *5.3.1.2. Definição do fio condutor da oficina e seleção de metodologias e dinâmicas empregadas e preparação de materiais.*

Um primeiro esboço do fio condutor para a oficina foi elaborado ainda em 2018, logo após a o curso de planejamento de uso público. Coube à equipe da SETEC II, com a colaboração de um dos facilitadores, a definição da forma de condução da oficina, com a definição dos produtos esperados, do encadeamento lógico das discussões e das metodologias e dinâmicas empregadas em cada momento do encontro. A equipe da COEST se envolveu de forma pontual neste processo de construção.

Na ausência de outras experiências sistematizadas na condução de oficinas para elaboração de planos de uso público, a equipe parece ter buscado referências no processo de elaboração de planos de manejo que tem um roteiro bem definido com metodologias testadas em várias oficinas realizadas nos últimos anos.

Havia a ideia inicial de elaboração de um guia do participante impresso que contivesse informações gerais da oficina e das informações sistematizadas para apoiar o andamento do trabalho, a exemplo do que e feito para as oficinas do Plano de manejo, mas este plano original da equipe local não se realizou. Ainda assim, a equipe produziu conteúdos para distribuição aos participantes durante a oficina.

#### *5.3.1.3. Logística e Custos*

Apesar de ressaltar a oficina de planejamento ser definida como “*um momento fundamental para construção e validação participativa dos componentes centrais do PUP*” as orientações metodológicas não fazem referência à logística e aos custos relacionados à sua realização.

Na visão da equipe responsável pelo uso público no Parque Nacional da Amazônia, há um conjunto de gastos associados ao sucesso dos processos participativos, sendo que muitos dos serviços precisam ser estimados e contratados previamente.

Pode ser necessário assumir despesas de hospedagem e alimentação de alguns de participantes, para garantir que atores importantes estejam presentes. As despesas para a realização da oficina do Parque da Amazônia foram custeadas com recursos do Programa Áreas Protegidas da Amazônia – ARPA<sup>11</sup>. Em princípio o ARPA não apoia ações de uso público em unidades de conservação. , haja vista o entendimento de que o plano de usos público compõe

O espaço físico para a reunião deve ser adequado às dinâmicas da oficina e isto muitas vezes requer a cessão ou contratação de sala. Em alguns casos, a estrutura física na própria unidade não dispõe de ambiente adequado ou a distância da sede dos municípios inviabiliza a realização da oficina na própria UC. No caso em estudo, optou-se por sua realização e da oficina na sede de Itaituba incluiu-se uma visita técnica ao Parque.

### **5.3.2. Realização da Oficina**

A oficina de planejamento foi realizada entre os dias 28 e 30 de janeiro de 2020. A equipe de facilitadores contou com três servidores lotados em outras áreas do ICMBio mas que detinham algum tipo de experiência prévia com o Parque e/ou com a região. Uma das servidoras da própria SETEC, apesar de ser participante da oficina, desempenhou, em alguns momentos, o papel de facilitador.

Esperava-se a participação de integrante da equipe da COEST no evento, mas esta não se viabilizou em razão alheias ao próprio desejo da Coordenação.

Com a presença de facilitadores vinculados a outras áreas do Instituto, os servidores lotados na SETEC II puderem acompanhar a oficina como participantes, o que foi considerado como positivo para o aprofundamento das discussões.

Além dos técnicos da unidade, a oficina contou com aproximadamente 25 participantes representando diferentes setores relacionados ao turismo e comunidades

---

<sup>11</sup> O programa ARPA é um programa do Governo Federal, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), financiado com recursos do Global Environment Facility (GEF), do governo Alemão e do Fundo Amazôniac tem como objetivo de expandir e fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) na Amazônia.

do entorno e SEBRAE. Também foram envolvidos agentes governamentais nos níveis municipal e estadual.

A oficina foi conduzida conforme programado previamente com a equipe. O primeiro momento da oficina contou com apresentação dos participantes e estabelecimento de acordo de convivência e apresentação dos objetivos da Oficina.

#### *5.3.2.1. Vinculação do Plano de Uso Público ao Plano de Manejo*

A vinculação do Plano de Uso Público ao Plano de Manejo e Zoneamento recém-elaborados foi estabelecida logo na primeira manhã da oficina, em momento dedicado ao compartilhamento de informações sobre a unidade. A partir de uma sequência de apresentações realizadas pela equipe de facilitadores e de uso público do parque, informações sobre os elementos fundamentais do plano de manejo (propósito, significância, recursos e valores fundamentais) sobre as zonas de manejo do parque e sobre a caracterização do uso público foram compartilhados com os participantes.

#### *5.3.2.2. Utilização dos dados do diagnóstico e dos resultados do IAT*

Algumas informações organizadas na fase de diagnóstico foram apresentadas, incluindo um os dados históricos de visitação, a análise da execução do Plano de Uso Público de 2009. Os resultados do Índice de Atratividade Turística foram apresentados nesta seção, propiciando a reflexão sobre a necessidade de divulgar os atrativos.

A apresentação gráfica dos resultados do IAT parece ter se mostrado uma estratégia interessante para promover uma discussão sobre o significado da diferença na pontuação obtida nos atributos de ambiente interno e externo. De acordo com o exercício realizado pela equipe, a atratividade da UC teve pontuação superior à atratividade de ambiente externo, suscitando alguma discussão sobre e a necessidade de investimentos nas estruturas municipais para atração de visitantes, não contando somente com a estruturação do uso público na unidade.

#### *5.3.2.3. Construção dos Componentes estratégicos - Visão de Futuro*

A equipe de planejamento optou conduzir a dinâmica de construção da visão de futuro durante uma breve visita técnica realizada à unidade na tarde do 1º dia de oficina.

Como preparação para a dinâmica, um dos facilitadores fez uma explanação sobre o que é a visão de futura apresentando exemplos das visões grandes empresas e parques nacionais de outros países.

Os facilitadores adaptaram a dinâmica de construção de propósito do Plano de Manejo para esta construção. A partir da pergunta orientadora “Como imagino a visitação no Parque Nacional da Amazônia daqui a 10 anos?” os participantes, em três grupos, foram convidados a redigir uma sentença com esta visão. Direcionando o trabalho dos grupos foram propostos três critérios relevantes para a gestão: a diversificação de oportunidades, Integração com entorno, aumento da visitação.

A atividade completa foi iniciada no campo e retomada no segundo dia de oficina com o processo de revisão das sentenças propostas pelos grupos e construção de uma única visão. Houve um trabalho de sistematização das ideias das sentenças entre o primeiro e o segundo dia, para facilitar a condução da segunda etapa de construção da visão.

Entre as dificuldades identificadas pela equipe de planejamento nesta atividade, destaca-se a ausência de exemplos de visões de futuro de planos de uso públicos de UC brasileiras.

#### *5.3.2.4. Diversificação das oportunidades de visitação – apresentação do conceito do ROVUC, das informações coletadas no diagnóstico e aplicação do ROVUC no planejamento*

A segunda manhã da oficina foi, em grande medida, dedicada à aplicação do ROVUC no contexto da diversificação das oportunidades de visitação. A atividade foi iniciada pela apresentação dos conceitos que envolvem o ROVUC e dos apresentação da aplicação do ROVUC na fase de diagnóstico. A partir de então, em grupos, os participantes foram convidados a responder a questão “Como diversificar as experiências para atender a visão de futuro?” Os grupos tiveram com instrumentos disponíveis para atividade um conjunto de mapas da UC.

É possível que as instruções para a realização da atividade não estivessem suficientemente clara e um dos grupos trouxe resultados de natureza distinta para compartilhar.

Nas entrevistas, os envolvidos relataram dificuldade com a atividade. Enquanto a aplicação do ROVUC na fase de diagnóstico foi implementada de forma simples, o mesmo parece não ter ocorrido na etapa de planejamento. Os ouvidos indicaram que talvez a dinâmica adotada não tenha sido a mais apropriada ou mesmo que esperavam que gostariam que a COEST orientasse melhor como utilizar os conceitos do ROVUC em processos de planejamento participativo.

O tempo para o desenvolvimento da atividade também não foi suficiente na visão dos entrevistados.

No período da tarde, foi conduzida uma análise do contexto da visitação utilizando a matriz FOFA (fortalezas, oportunidades, fraquezas e ameaças), a partir da qual foram feitas análises de correlação entre os itens da matriz fofa e propostas ações decorrentes da correlação.

Na visão dos entrevistados, a aplicação da FOFA foi cansativa e a condução desta atividade no mesmo dia da aplicação do ROVUC foi uma demanda de produção muito pesada para os participantes, o que tem impactos sobre os resultados. Refletindo sobre o encadeamento das atividades ao longo da oficina, os entrevistados indicaram que a reflexão de que a FOFA seria melhor aproveitada se fosse realizada mais no início do oficina.

Após as atividades do dia, foi necessário um grande esforço da equipe de facilitação na sistematização dos resultados, para que estes pudessem ser apresentados e utilizados nos trabalhos previstos para a o terceiro dia de oficina.

No terceiro dia, houve processos de priorização das ações identificadas nos dois exercícios do dia anterior.

O terceiro dia também promoveu um conjunto de discussões de tópicos apresentados nas Orientações Metodológicas como “Diretrizes para implantação do Uso



Público, entre os quais o monitoramento da visitação e as oportunidades para delegação de serviços.

#### **5.4. Primeira versão do Plano de Uso Público**

A primeira versão do Plano foi apresentada à COEST em abril de 2020. A estrutura do documento abarca os quatro componentes previstos nas orientações metodológicas (contexto geral do uso público, componentes estratégico – diagnóstico e análises, diretrizes de implantação do uso público e proposições complementares). O plano buscou dialogar com cada um dos tópicos apresentados no quadro de conteúdos naquele documento.

Os conteúdos inseridos na primeira versão do plano foram construídos, em grande medida, com os produtos gerados na oficina de planejamento.

O Plano faz uma primeira contextualização da Unidade e do histórico do uso público. São apresentados marcos e dispositivos legislativos e normativos relacionado à unidade e à visitação em seu interior.

### **6. Análise da aplicação das orientações e ferramentas na experiência do Parque**

Ainda que a versão final do Plano de Uso Público não estivesse concluída na data de apresentação deste estudo, entende-se que o processo de construção do plano no Parque Nacional da Amazônia seguiu todas as etapas das orientações metodológicas propostas pelo ICMBio e adotou as ferramentas IAT e ROVUC sugeridas nas orientações.

Tendo como referência os documentos preliminares produzidos e a própria avaliação dos servidores do ICMBio entrevistados, entende-se que a versão final do plano tende a ser adequada às demandas de gestão e indicaria um processo bem sucedido. Os entrevistados também demonstram satisfação com o produto gerado.

Deve-se ter em mente, entretanto, que as condições encontradas no parque da podem ser singulares, considerando não só a qualificação da equipe à frente do processo, mas também a confluência no interesse de gestores e atores sociais no que diz respeito ao desenvolvimento da visitação e turismo na região. A experiência dos técnicos aliada à ausência de grandes conflitos no que se refere à visitação e a disponibilidade de recursos podem ter sido fatores determinantes no bom andamento do trabalho.

Percebe-se, entretanto, que ainda que a equipe de planejamento fosse altamente qualificada e as condições para a condução deste trabalho na unidade fossem próximas às ideais, a equipe se deparou com um conjunto de dificuldades especialmente nas etapas de realização oficina e consolidação do documento. Nas entrevistas realizadas com os servidores do ICMBio que estiveram na oficina, seja com participante, seja como facilitador, ficou evidenciada a demanda para que houvesse um maior detalhamento ou mesmo uma pré definição do fio condutor da oficina e das dinâmicas para construção de seus produtos.

Assim, retomando a hipótese inicial de que “apesar de as orientações disponíveis definirem as etapas e trazerem subsídios relevantes para a elaboração de Planos de Uso Público pelas equipes das Unidades de Conservação, a ausência de um roteiro ou guia mais detalhado pode dificultar o processo de elaboração e consolidação desses planos”, pode-se entender que esta de certa forma é confirmada considerando especificamente o processo conduzido no Parque Nacional da Amazônia.

Algumas falas corroboram esta compreensão, com a menção ao grande tempo despendido por um dos entrevistados na definição do encadeamento, produtos, metodologias e dinâmicas adotadas na oficina, ou algum nível de comparação com as orientações metodológicas com o Roteiro Metodológico adotado atualmente para elaboração dos Planos de Manejo.

Por outro lado, em que pese o ganho de escala e a otimização do tempo obtido pelo ICMBio no processo de elaboração e revisão de Planos de Manejo a partir da adoção do Roteiro Metodológico pré definido, este pode não ser, ao menos por ora, o

melhor modelo para orientar o planejamento do uso público nas unidades de conservação federais.

Diferentemente do que ocorre no processo de elaboração do plano de manejo em que se identificou oportuno definir cada um dos componentes que o plano deve conter, independente da categoria, tamanho ou localização da unidade de conservação; a mesma abordagem pode não ser adequada para a grande variabilidade de condições e demandas que cada unidade de conservação tem para o uso público.

Enquanto algumas unidades de conservação recebem anualmente milhões de visitantes de diferentes procedências outras podem ter uma visitação localizada e bastante reduzida. Assim, pensar em um único modelo ou roteiro que busque atender as demandas de todas as UCs, no caso do planejamento do uso público, pode ser um equívoco.

A adoção de uma única referência que considerasse uma demanda média de visitação induzir o desenvolvimento de documentos desnecessariamente detalhados, para unidade que tem baixa demanda de visitação ou superficiais para aquelas que tenham condições mais complexas e requeiram uma reflexão mais aprofundada. Em ambos os casos, os documentos acabariam por pouco úteis para a gestão.

No caso do planejamento do uso público, as palavras flexibilidade e customização podem ser chave para aprimorar este processo. Talvez seja mais oportuno manter um documento mais geral com hoje são as Orientações Metodológicas e investir no desenvolvimento de novas ferramentas, metodologias e modelos que possam ser adaptados às demandas e oportunidade de cada unidade.

Sobre as ferramentas hoje adotadas e também objeto deste estudo cabem também algumas reflexões.

No caso do IAT, em que pese a contribuição que este instrumento traz na reflexão de que o gestor deve estar também atento aos atributos do ambiente externo da unidade para planejar a visitação na UC; ao menos na experiência conduzida no Parque Nacional do Amazônia a sua adoção parece não ter agregado uma contribuição substantiva ao documento produzido. Ao contrário, a inclusão do texto padrão de

descrição do Índice correspondente ao parque, na versão preliminar do plano, dificultou o entendimento daquela versão, por, em muitos aspectos, não refletir a realidade do parque.

No outro sentido, a apresentação do resultado do IAT por meio de gráfico de radar durante a oficina pode ser bastante interessante para provocar discussões, especialmente quando os resultados numéricos referentes ao ambiente interno e externo forem significativamente diferentes. Este uso do IAT pode inspirar novas ferramentas e dinâmicas que promovam esta reflexão.

O ROVUC, por sua vez, foi referência para o processo de planejamento tendo sido utilizado na fase de diagnóstico como inventário dos atrativos e das classes de visitação existentes, no processo de discussão da diversificação das oportunidades de visitação, durante a oficina e estas formulações foram incorporadas ao documento.

Ressalta-se, entretanto, que durante a oficina, mesmo contando com equipes de facilitadores bastante experientes e com formação em uso público superior a qualificação da média de servidores do ICMBio, estes relataram dificuldades na aplicação ferramenta em processo participativo, o que indica a necessidade de a COEST desenvolver e testar metodologias e dinâmicas práticas para sua utilização durante as oficinas.

## **7. Identificação de boas práticas e lições aprendidas com a experiência no Parque Nacional da Amazônia**

Ainda que não seja o objetivo principal deste trabalho, registram-se algumas práticas e lições que podem ser referência para outros processo de planejamento no futuro.

### **7.1.1. Desenvolvimento de competências relacionadas a planejamento da visitação das equipes responsáveis pelo uso público de unidades de conservação**

Conforme já mencionado, a equipe da SETEC-II teve a oportunidade de participar de processos formativos em planejamento do uso público. Esta qualificação facilitou o processo de elaboração do plano e tende a ser determinante na sua implementação.

### **7.1.2. Registro da oficina**

O registro escrito das etapas do processo, em especial, da oficina de planejamento por meio de relatoria tende a facilitar a consolidação das discussões e a elaboração do documento final. No caso do Parque Nacional da Amazônia, além dos registros produzidos em cada atividade da oficina, a equipe contratou o serviço de relatoria.

### **7.1.3. Facilitação da oficina por servidores de outras áreas ou unidade**

A atuação dos técnicos responsáveis pelo uso público da unidade durante a oficina como participantes, e não como facilitadores, também tende a contribuir para uma discussão mais qualificada. Esses técnicos são detentores de informação e experiência e sua colaboração tende a ser maior nas discussões que nas atividades relacionadas à moderação. No caso do Parque Nacional da Amazônia foi possível contar com a colaboração de servidores de outras unidades do ICMBio, nas atividades de facilitação, liberando os servidores das unidades para participar ativamente das discussões.

Esta escolha pode ser ainda mais importante em unidades de conservação que apresentem algum grau de conflito relacionado ao uso público. Nestas situações, a tentativa de o servidor assumir dois papéis distintos (ora facilitador, ora participante) pode gerar desconfiança nos demais participantes e dificultar, ou mesmo inviabilizar o processo de participação.

### **7.1.4. Conhecimento e sistematização de demandas anteriores sobre uso público.**

Conhecer e sistematizar as demandas de uso público apresentadas por diversos atores ao longo do tempo para que estas possam subsidiar e até mesmo provocar a reflexão na etapa da oficina. Segundo a equipe da unidade, a informação sistematizada de demandas que foram anteriormente apresentadas para a unidade pode ser bastante útil para animar as discussões e ampliar o debate.

### **7.1.5. Preparação prévia de documentos como guia do participante**

A equipe do parque havia planejado originalmente desenvolver um guia do participante, o que não se concretizou. Na visão dos entrevistados este guia teria apoiado os participantes e as dinâmicas realizadas e deveria ser incorporado nas práticas do plano.

### **7.1.6. Designação de servidores para atuar no planejamento**

As mudanças na equipe ocorridas ao longo do processo, tanto da unidade quanto da COEST, poderiam ter impactado negativamente dificultaram a condução do trabalhos e seu resultado do processo . O processo pode-se beneficiar com uma definição clara da equipe responsável por sua coordenação e supervisão e com a edição de ordem de serviço, ou mecanismo semelhante que assegure aos envolvidos a possibilidade de concluir o trabalho, ainda que haja mudança de lotação.

## **8. Conclusão**

As orientações metodológicas para elaboração de planos de uso público, bem como o as ferramentas IAT e ROVUC são avanços importantes para apoiar as unidades de conservação no planejamento de atividades e serviços nos ambientes naturais que propiciem experiências significativas para os visitantes e podem apoiar a mudança de visão sobre visitação que entende a visitação como uma atividade supérflua para uma atividade que agrega significado e apoia a implementação e a gestão da unidade.

Este estudo se propôs a refletir sobre estas orientações e ferramentas e entende-se, a partir a experiência específica de elaboração do plano de uso público conduzida no Parque Nacional da Amazônia, que estas foram suficientes na medida que produziram um produto que atende as expectativas das equipes do parque e da COEST.

Ainda que o resultado final do processo possa a ser considerado com bem sucedido, foram identificados alguns pontos que, se estivessem melhor detalhados, teriam facilitado o desenvolvimento do trabalho.

Frente a variabilidade de condições e demandas que as unidade de conservação tem para o uso público, a manutenção de um documento mais geral com hoje são as Orientações Metodológicas e o desenvolvimento de novas ferramentas, metodologias e modelos flexíveis (“caixa de ferramentas” ) que possam ser customizados às demandas de cada unidade, parecem ser uma estratégia mais adequada que o estabelecimento de um roteiro metodológico rígido.



Escola Nacional de Administração Pública

**Referências bibliográficas**

BRASIL, Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm)

CONFERENCE OF THE PARTIES TO THE CONVENTION ON BIOLOGICAL DIVERSITY, Decision Adopted By The Conference Of The Parties To The Convention On Biological Diversity At Its Tenth Meeting, Nagoya, Japan, 18-29 October 2010.

CREMA, Allan e FARIA, Paulo Eduardo Pereira (Org.). Orientações Metodológicas para a Elaboração de Planos de Uso Público em Unidades de Conservação Federais Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, 2020

CREMA, Allan e FARIA, Paulo Eduardo Pereira (Org.). Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação – ROVUC. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, 2018

D'AMICO, Ana Rafaela; COUTINHO, Erica de Oliveira; e MORAES Luiz Felipe Pimenta (org.) Roteiro metodológico para elaboração e revisão de planos de manejo das unidades de conservação federais. Brasília: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: ICMBio, 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE-ICMBio. Instrução Normativa n.º 7/2017/GABIN/ICMBIO. Estabelece diretrizes e procedimentos para elaboração e revisão de planos de manejo de unidades de conservação da natureza federais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n.º247, p. 162, 27 dezembro 2017.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio. Portaria nº 1148, de 19 de dezembro de 2018. *Aprova o Rol de Oportunidades de Visitação em Unidades de Conservação*. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n.º245, p. 862, 21 dezembro 2018.





Escola Nacional de Administração Pública

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio. Portaria nº 1162, de 27 de dezembro de 2018. Aprova o Regimento Interno do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n.º249, p. 505, 28 dezembro 2018.

LEUNG, Yu-Fai; SPENCELEY, Anna; HVENEGAARD, Glen; e BUCKLEY, Ralf (Org). Turismo e gestão da visitação em áreas protegidas. Diretrizes para sustentabilidade. Série - Diretrizes para melhores Práticas para Áreas Protegidas No. 27, Gland, Suíça: UICN. 2019.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação, Brasília, 2006.

SOUZA Thiago do Val Simardi Beraldo ; THAPA, Brijesh e VIVEIROS DE CASTRO, Ernesto, Índice de atratividade turística das unidades de conservação brasileiras. PAPP, 2017

Danielle Chalub Martins é servidora da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, em exercício descentralizado no Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade desde agosto de 2018 e atualmente lotada na Coordenação de Planejamento e Estruturação da Visitação e do Ecoturismo da Coordenação Geral de Uso Público e Negócios.

Titulação (ano). Cargo.

Contato – [danielle.chalub@uol.com.br](mailto:danielle.chalub@uol.com.br) [danielle.chalub@uol.com.br](mailto:danielle.chalub@uol.com.br).

**PLANILHA DE AVALIAÇÃO DO ARTIGO APRESENTADO****(Formulário Excel)**

<b>Critério</b>	<b>Avaliação</b>	<b>Peso</b>	<b>Nota do critério</b>	<b>Nota Final</b>
<b>O título é adequado e espelha o trabalho apresentado?</b>	<input type="checkbox"/> sim, plenamente adequado <input type="checkbox"/> pode ser melhorado <input type="checkbox"/> não	<b>1</b>		
<b>O problema/objeto de pesquisa proposto é atual e relevante?</b>	<input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> é atual, mas irrelevante <input type="checkbox"/> é relevante, mas já foi estudado <input type="checkbox"/> não	<b>3</b>		
<b>O resumo apresenta problema de pesquisa, objetivo, método, resultados e conclusão do trabalho?</b>	<input type="checkbox"/> sim, plenamente adequado <input type="checkbox"/> pode ser melhorado <input type="checkbox"/> não	<b>1</b>		
<b>Objetivos estão claros e bem definidos?</b>	<input type="checkbox"/> sim, estão claros e bem definidos <input type="checkbox"/> estão relativamente definidos <input type="checkbox"/> não estão claros e nem definidos adequadamente	<b>2</b>		

<p><b>Arcabouço teórico é adequado para analisar o objeto proposto?</b></p>	<p><input type="checkbox"/> sim, o estado da arte está completo e coerente</p> <p><input type="checkbox"/> faltou apresentar alguns conceitos e teorias</p> <p><input type="checkbox"/> não está adequado.</p>	<p>2</p>		
<p><b>Os Métodos de pesquisa foram adequados para estudar o objeto proposto?</b></p>	<p><input type="checkbox"/> sim, foram adequados</p> <p><input type="checkbox"/> em parte, mas poderiam ser complementados</p> <p><input type="checkbox"/> não estão adequados</p>	<p>2</p>		
<p><b>A análise dos dados e resultados foi realizada com interpretação correta dos dados e articulada com o arcabouço teórico?</b></p>	<p><input type="checkbox"/> sim, a análise está correta e alinhada ao problema proposto</p> <p><input type="checkbox"/> poderia ser melhorada</p> <p><input type="checkbox"/> não, existem erros metodológicos consideráveis</p>	<p>3</p>		
<p><b>As Conclusões retornam ao problema inicialmente proposto retomam os dados e arcabouço teórico apresentados no artigo?</b></p>	<p><input type="checkbox"/> sim, a conclusão está coerente</p> <p><input type="checkbox"/> não está adequada</p>	<p>2</p>		
<p><b>Recomendaria o artigo para publicação?</b></p>	<p><input type="checkbox"/> sim, da forma como está</p> <p><input type="checkbox"/> sim, mas com alterações</p> <p><input type="checkbox"/> não</p>	<p>1</p>		